

# Supremo entra em campo para definir as regras do jogo no Tribunal do Júri

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | outubro 9, 2024



O Supremo Tribunal Federal (STF) está prestes a entrar em uma disputa que promete movimentar os bastidores do Judiciário e da advocacia criminal. Em julgamento com repercussão geral reconhecida, a Corte vai analisar os limites para anular uma decisão que leva um réu a julgamento pelo Tribunal do Júri, mesmo após a condenação. A decisão do Supremo terá impacto direto sobre a soberania dos veredictos populares e o alcance das sentenças definitivas.

A bola da vez chegou ao STF por meio de um Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) interposto pelo Ministério

Público Federal (MPF). [No caso em questão, o Superior Tribunal de Justiça \(STJ\) concedeu um habeas corpus para anular a pronúncia e, conseqüentemente, a condenação de dois homens por homicídio em Goiânia \(GO\).](#) A decisão do STJ se baseou no fato de que os réus teriam confessado o crime sem a presença de advogados e que depoimentos de informantes sem conhecimento direto dos fatos teriam sido utilizados para embasar a pronúncia.

O MPF, inconformado com a decisão do STJ, argumenta que um Tribunal Superior não poderia “despronunciar” os condenados por meio de habeas corpus, sob pena de desrespeitar a coisa julgada e o princípio constitucional da soberania do júri. [A controvérsia levantada pelo recurso do MPF coloca em xeque a possibilidade de reexaminar a existência de provas suficientes para a pronúncia após o julgamento pelo Tribunal do Júri.](#)

O ministro Flávio Dino, relator do caso no Supremo, destacou a relevância da matéria ao afirmar que a discussão envolve a definição dos contornos e limites da decisão do Tribunal do Júri e a forma de sua revisão. Para Dino, a questão tem repercussão geral sob diversos aspectos, desde o social, considerando a participação direta da sociedade no Judiciário por meio do júri, até o político, ao delimitar os limites de revisão judicial das decisões populares envolvendo crimes dolosos contra a vida.

Advogados criminalistas e especialistas em Direito Penal divergem sobre a questão. [Para alguns, a possibilidade de anular a pronúncia após a condenação pelo júri enfraquece a soberania dos vereditos e gera insegurança jurídica. Outros defendem que o habeas corpus é um instrumento legítimo para corrigir eventuais ilegalidades no processo, mesmo após o julgamento popular.](#)

A expectativa é que o julgamento do recurso pelo Supremo atraia a atenção de toda a comunidade jurídica, dado o impacto que a decisão terá sobre a forma como os Tribunais Superiores

lidam com as decisões do Tribunal do Júri. Uma eventual limitação à possibilidade de anular a pronúncia após a condenação pode fortalecer a soberania dos veredictos populares, mas também levantar questionamentos sobre a efetividade das garantias constitucionais do devido processo legal e da ampla defesa.

Por outro lado, uma decisão que amplie a margem de revisão das decisões do júri pelos Tribunais Superiores pode ser vista como uma interferência na participação direta da sociedade na administração da Justiça, princípio consagrado pela Constituição Federal. O desafio do Supremo será encontrar o delicado equilíbrio entre a proteção dos direitos individuais dos réus e a preservação da legitimidade democrática das decisões emanadas do Tribunal do Júri.

Independentemente do resultado do julgamento, uma coisa é certa: a decisão do Supremo Tribunal Federal nesse caso terá impacto significativo na forma como a Justiça criminal lida com as decisões do Tribunal do Júri. Será um momento de definição de regras e limites, de ponderação entre princípios constitucionais e de reflexão sobre o papel da sociedade na administração da Justiça.

Advogados, promotores, juízes e a sociedade em geral aguardam ansiosamente pela palavra final do Supremo nessa disputa que promete movimentar o mundo jurídico. Afinal, o que está em jogo não é apenas o destino de dois réus, mas a própria essência do Tribunal do Júri como instituição democrática e soberana.

Fonte: [Notícias STF](#)